



Número: **0600257-38.2020.6.16.0125**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Luiz Fernando Wowk Penteado**

Última distribuição : **20/07/2021**

Processo referência: **0600257-38.2020.6.16.0125**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Prefeito, Contas - Não Apresentação das Contas**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Prestação de Contas Eleitorais nº 0600257-38.2020.6.16.0125 que, com fundamento nos artigo 74, IV e § 3º, e 49, §5º, VII, da Res. TSE nº 23.607/19, julgou não prestadas as contas de campanha do candidato supramencionado relativas às Eleições Municipais de 2020 e condenou o prestador de contas a restituir ao Tesouro Nacional os valores de FEFC, cuja utilização não foi comprovada, no importe de R\$ 12.000,00, via GRU, no prazo de 05 (cinco) dias após o trânsito em julgado (art. 79, §1º, da Resolução TSE 23.607/2019), sob pena de inscrição em dívida ativa. (Prestação de Contas Eleitorais referente às Eleições Municipais de 2020 do candidato ao cargo de prefeito Agnaldo Custódio Ferreira, pelo partido Cidadania - CIDADANIA, e de Irineu Vicente Amancio, candidato ao cargo de Vice-Prefeito, pelo partido Patriota - PATRI, no município de Terra Roxa/PR, julgadas não prestadas porque o candidato não prestou as contas finais, tampouco juntou procuração aos autos. Foi intimado a tanto via publicação no DJE e pessoalmente via Whatsapp (ID 76868009 e 78254984). Nos termos do art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019, a prestação de contas finais deve ser realizada, via SPCE, à Justiça Eleitoral até o 30º dia posterior à realização das eleições. O §5º, VII, do mesmo artigo estabelece que, intimado o candidato a regularizar a situação e permanecendo a omissão nas contas finais, serão julgadas como não prestadas. Além disso, conforme apontado no parecer técnico, o candidato recebeu, no total, R\$ 12.000,00 a título de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, sendo R\$ 6.000,00 da Direção Estadual e R\$ 6.000,00 da Direção Nacional do Partido (ID 87234633), valor que foi depositado em conta específica, e foram realizados gastos no valor total de R\$ 11.964,00 (IDs 87234631, 87234632). Ao não prestar as devidas contas finais, o candidato não comprovou a regularidade na utilização dos recursos FEFC, cuja sanção de devolução dos valores é prevista no art. 79, §1º, da Resolução). RE9**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ELEICAO 2020 AGNALDO CUSTODIO FERREIRA PREFEITO (RECORRENTE)	EUSMIR PEREIRA MARTINS (ADVOGADO)
AGNALDO CUSTODIO FERREIRA (RECORRENTE)	EUSMIR PEREIRA MARTINS (ADVOGADO)
ELEICAO 2020 IRINEU VICENTE AMANCIO VICE-PREFEITO (RECORRENTE)	EUSMIR PEREIRA MARTINS (ADVOGADO)
IRINEU VICENTE AMANCIO (RECORRENTE)	EUSMIR PEREIRA MARTINS (ADVOGADO)
JUIZO DA 125ª ZONA ELEITORAL DE TERRA ROXA PR (RECORRIDO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41705 016	17/08/2021 17:05	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548):0600257-38.2020.6.16.0125

RECORRENTE: ELEICAO 2020 AGNALDO CUSTODIO FERREIRA PREFEITO, AGNALDO CUSTODIO FERREIRA, ELEICAO 2020 IRINEU VICENTE AMANCIO VICE-PREFEITO, IRINEU VICENTE AMANCIO

Advogado do(a) RECORRENTE: EUSMIR PEREIRA MARTINS - PR0080161

Advogado do(a) RECORRENTE: EUSMIR PEREIRA MARTINS - PR0080161

Advogado do(a) RECORRENTE: EUSMIR PEREIRA MARTINS - PR0080161

Advogado do(a) RECORRENTE: EUSMIR PEREIRA MARTINS - PR0080161

RECORRIDO: JUÍZO DA 125ª ZONA ELEITORAL DE TERRA ROXA PR

Advogado do(a) RECORRIDO:

RELATOR: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

DECISÃO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por AGNALDO CUSTODIO FERREIRA, candidato não eleito ao cargo de Prefeito de Terra Roxa/PR, em face da sentença prolatada pelo Juízo da 125ª Zona Eleitoral de Terra Roxa/PR que julgou as contas como não prestadas.

Em razões recursais o recorrente requer “*seja acatada a prestação de contas final, encaminhada via SPCE, para que possa ser julgada, e as irregularidades sanadas*”.

Encaminhado os autos à d. Procuradoria Regional Eleitoral, foi oferecido parecer, opinando pelo não conhecimento do recurso e, alternativamente, pelo seu desprovimento.

É o relatório.

Passo a decidir, o que faço com fulcro no disposto no artigo 31 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Conforme bem pontuado pela d. Procuradoria Regional Eleitoral, o presente recurso eleitoral é intempestivo.



De fato, conforme preconiza o artigo 258 do Código Eleitoral, o prazo para interposição de recurso eleitoral contra decisão em processo de prestação de contas é de 03 (três) dias.

Na espécie, o recorrente foi intimado pessoalmente da sentença que julgou a demanda em 23/06/2021. Portanto, o prazo final para interposição do recurso eleitoral expirou em 28/06/2021.

Entretanto, o recorrente protocolizou o recurso somente em 29/06/2021 (id. 39827866), quando já operado o decurso do prazo recursal e, mostrando-se intempestivo.

Diante do exposto, **NÃO CONHEÇO** do recurso, por ser intempestivo.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

Relator

